

Repressão em grande escala

Na terça-feira, 2 de janeiro, o presidente Sissi emitiu um decreto prorrogando o estado de emergência por mais três meses, a partir de 13 de janeiro. Esta é a terceira vez desde abril de 2017, sempre sob o mesmo pretexto: a luta contra o terrorismo.

Trata-se realmente de amordaçar as liberdades civis e controlar a sociedade egípcia. O ano de 2018, que apenas começou, pode ser ainda pior do que o de 2017.

Ordem moral e religiosa

O governo aumentou a sua repressão contra os homossexuais e ateus para garantir a sua reputação como guardião da ordem moral e religiosa, numa espécie de corrida com os setores islâmicos.

Embora a Constituição de 2014 garanta a liberdade de crença, no final de dezembro foi proposto um projeto de lei que condenaria pessoas suspeitas de ateísmo a multas e prisão, projeto que foi imediatamente apoiado por Al Azhar, a mais alta autoridade sunita. Há mais de um ano que decorre uma campanha conjunta das autoridades muçulmanas e coptas e, em nome desta campanha, um tribunal do Cairo retirou a custódia dos seus dois filhos a uma mãe suspeita de ateísmo.

A comunidade LGBTQ está sujeita a uma repressão feroz há muito tempo, embora nenhuma lei proíba a homossexualidade. No final de setembro de 2017, 75 pessoas foram presas após um concerto de um grupo libanês no qual uma bandeira arco-íris havia sido usada. Dois deles foram libertados sob fiança, enquanto os outros aguardam julgamento. Foi apresentado um projeto de lei aprovado por Al Azhar e pela Igreja Copta. Procura criminalizar a homossexualidade com penas que vão de 10 a 15 anos de prisão para “proteger os valores e costumes” da sociedade egípcia.

Repressão política e antissindical

O tribunal de Alexandria condenou 28 torcedores do clube de futebol Al Ahly a um ano de prisão por usarem t-shirts em memória dos seus mártires mortos pela polícia durante um jogo em Port Said em 2012. O governo persegue implacavelmente os forasteiros que cometeram o erro imperdoável de ter organizado as manifestações mais radicais nos confrontos contra as forças da ordem em 2011 e 2012.

Em 26 de dezembro, 15 islamistas foram enforcados em Borg el Arab por ataques criminosos no Sinai e em 2 de janeiro, outros 4 foram enforcados pela morte de três estudantes/oficiais em um ataque à bomba em 2015.

A 30 de Dezembro, o advogado militante Mahienour el-Massry e o líder sindical Moatasem Medhat foram detidos durante dois anos por um tribunal egípcio por terem violado a lei sobre reuniões públicas imposta pelas autoridades coloniais britânicas em 1914. Manifestaram-se contra a transferência das ilhas Sanafir e Tiran para a Arábia Saudita. Estão detidos desde Novembro e irão a tribunal decidir sobre o seu recurso em 13 de Janeiro. As pessoas que vieram apoiá-los, que se reuniram perante o tribunal para acompanhar o julgamento, também foram atacadas pela polícia e, em alguns casos, detidas; provavelmente serão levadas aos tribunais.

A repressão é muito pior do que sob o regime de Mubarak e surge, em particular pelas sentenças de morte pronunciadas no final de julgamentos expeditos e iníquos, como uma vingança do exército que não consegue pôr termo aos ataques terroristas. Este recurso político sem precedentes à pena de morte pode provocar ainda mais violência, atraindo cada vez mais jovens sem esperança para a violência armada.

Original: [Viento Sur](#)